

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU

# CONCURSO PÚBLICO

PROVA PARA CARGO DE:

**ADVOGADO**

\* ATENÇÃO - CONFIRA SE ESTA PROVA CORRESPONDE AO CARGO QUE VOCÊ CONCORRE

\* Neste Caderno de Questões, você encontra:

- 28 questões **ESPECÍFICAS**
- 12 questões de **Português**

\* Só inicie a prova após a autorização do Fiscal de Sala.

\* Duração da prova: 3 horas. O Candidato só poderá retirar-se do recinto das provas após 01 hora, contada a partir do seu efetivo início.

\* O candidato só terá o direito de levar o caderno de prova após 02:00 horas do início dos trabalhos, e deixará apenas o Cartão de Respostas.

\* Caso o candidato opte em sair antes de 02:00 horas do início dos trabalhos; NÃO será permitido a anotação do gabarito seja qual for a forma.

\* Os Fiscais de Sala não estão autorizados a prestar quaisquer esclarecimentos sobre a resolução das questões; esta tarefa é obrigação do candidato.

\* Não é permitido que os candidatos se comuniquem entre si. É proibida também a utilização de quaisquer equipamentos eletrônicos.

\* O candidato receberá do Fiscal de Sala, 01 (um) Cartão de Respostas correspondente às questões objetivas.

\* Assine o seu Cartão de Respostas (Gabarito). Assinale apenas uma opção em cada questão. Não deixe questão em branco, nem assinale mais de uma opção, para seu Cartão não ter questões anuladas.

\* O seu Cartão de Respostas é pessoal e insubstituível. Portanto, CUIDADO, não rasure, dobre ou amasse seu Cartão de Respostas pois em hipótese alguma ele será substituído, salvo por erro do fiscal ou por falha de impressão. Confira seus dados, leia as instruções para seu preenchimento e assinale no local indicado.

\* A assinatura no Cartão de Respostas é obrigatória.

\* O Gabarito desta prova estará disponível no dia 28/04/2014, no site [www.conpass.com.br](http://www.conpass.com.br).

\* Para exercer o direito de recorrer contra qualquer questão, o candidato deve seguir as orientações constantes da Cláusula XII do Edital do Concurso Público nº 001/2014 da PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU, Republicado por Incorreção em 06/02/2014.

\* Após o término da prova, o candidato deverá deixar a sala e em hipótese alguma poderá permanecer no estabelecimento onde realizou a mesma.

**BOA PROVA!!**

**DATA: 27 DE ABRIL DE 2014**

**CONPASS**

Concursos Públicos  
e Assessorias

## **PARTE I - ADVOGADO**

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

01 - Sobre o tema Bens Públicos assinale a assertiva correta.

- A) Terras devolutas são bens públicos dominicais cuja origem remonta às capitanias hereditárias devolvidas pelos donatários à Coroa Portuguesa. Atualmente, são bens públicos da União.
- B) Sobre a categoria de bens denominada adéspotas há disciplina específica na legislação brasileira.
- C) Segundo a corrente exclusivista, adotada por alguns doutrinadores, o conceito de bens públicos deve estar necessariamente vinculado à ideia de pertencerem ao patrimônio de pessoas jurídicas de direito público.
- D) Os bens de uso comum do povo jamais podem ser alienados ou onerados por expressa determinação legal.
- E) São exemplos de bens de uso comum do povo: os edifícios de repartições públicas, mercados municipais, cemitérios públicos, veículos da Administração e matadouros.

02 - Analise as assertivas

I – A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

II - Os Estados e os Municípios podem legislar sobre licitações e contratos administrativos, o que significa que eles podem ter leis próprias sobre a matéria.

III - O objeto imediato da licitação é a busca da melhor proposta, ao passo que o objeto mediato é aquilo que a Administração pretende contratar.

A alternativa correta é:

- A) Todas as assertivas estão corretas
- B) Apenas a assertiva I está correta.
- C) Apenas a assertiva II está correta
- D) As assertivas I e II estão corretas, apenas.
- E) Todas as assertivas estão erradas.

03 - Sobre o poder de polícia ou limitação administrativa marque a assertiva que contem um erro.

- A) O termo “poder de polícia” vem sendo abandonado pela doutrina mais moderna diante do viés autoritário que sua história carrega. Um dos inconvenientes da terminologia é provocar uma incorreta associação da referida atividade administrativa com os órgãos estatais de segurança pública conhecidos como “polícias”.
- B) No direito brasileiro o poder de polícia tem seu conceito legal no Código Tributário Nacional.
- C) O poder de polícia representa uma atividade estatal restritiva dos interesses públicos, limitando a liberdade e a propriedade pública em favor do interesse individual.

D) Dentre os meios de atuação do poder de polícia têm-se atos ou medidas de polícia administrativa preventivos e repressivos, bem como atos normativos e atos concretos.

E) Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

04 - Sobre a servidão administrativa analise as assertivas e marque a alternativa inteiramente correta.

I - A servidão é um direito real público sobre propriedade alheia, restringindo seu uso em favor do interesse público.

II - Diferentemente da desapropriação, a servidão não altera a propriedade do bem, mas somente cria restrições na sua utilização, transferindo a outrem as faculdades de uso e gozo.

III - A servidão administrativa não possui exatamente o mesmo regime jurídico da servidão privada, na medida em que aquela atende ao interesse privado e sofre maior influência das regras do direito administrativo, ao passo que esta é instituída em favor do interesse público e submete-se exclusivamente às regras civilísticas.

IV - A instituição de uma servidão pode se dar de diversas formas. A modalidade típica é por sentença judicial.

- A) Todas estão corretas.
- B) Todas estão erradas.
- C) II, III e IV estão corretas, apenas.
- D) I, II e IV estão erradas, apenas.
- E) Somente I e II estão corretas.

05 - Analise e marque a alternativa que possui a correta relação

- ( 1 ) Desconcentração
- ( 2 ) Descentralização

( ) Competências atribuídas a órgãos públicos sem personalidade própria.

( ) Órgãos não podem ser acionados diretamente perante o Poder Judiciário, com exceção de alguns órgãos dotados de capacidade processual especial.

( ) Exemplos: Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

( ) Respondem judicialmente pelos prejuízos causados a particulares.

- A) 2 – 2 – 1 – 2
- B) 1 – 2 – 1 – 2
- C) 2 – 2 – 1 – 1
- D) 1 – 1 – 2 – 2
- E) 1 – 1 – 1 – 2

06 - Sobre serviços públicos marque a única assertiva inteiramente correta.

- A) Serviço público só pode, por definição, ser titularizado por pessoa jurídica de direito público.
- B) Os serviços de telefonia fixa são considerados como serviço público, bem como os de telefonia móvel.
- C) Os serviços públicos notariais e de registro são exercidos em caráter público, por delegação do Poder Público.

- D) A prestação de serviços públicos está submetida à incidência de todos os princípios gerais do Direito Administrativo não existindo princípios específicos aplicáveis à espécie.
- E) A responsabilidade patrimonial do prestador de serviços públicos é sempre objetiva por danos causados a usuários ou a terceiros, não importando se a prestação está a cargo do próprio Estado, entidades da Administração indireta, concessionários ou permissionários.

## DIREITO DO TRABALHO

07 - Sobre as fontes do Direito do Trabalho analise as afirmações.

I - Fontes formais referem-se aos fatores sociais, econômicos, políticos, filosóficos e históricos que deram origem ao Direito, influenciando na criação das normas jurídicas. II - Fontes materiais referem-se às formas de manifestação do Direito no sistema jurídico, pertinentes, assim, à exteriorização das normas jurídicas.

III - No Direito do Trabalho, o pluralismo das fontes é demonstrado pela existência de normas jurídicas emanadas não só do Estado, mas de certos grupos sociais, como ocorre com as convenções e acordos coletivos de trabalho. IV - Fontes formais heterônomas são as decorrentes da atividade normativa direta do Estado, como a Constituição, as leis, os decretos e a sentença normativa. V - Fontes formais autônomas são as de produção de normas por certos grupos sociais organizados, como os usos e costumes, e os instrumentos normativos decorrentes da negociação coletiva (acordos coletivos e convenções coletivas).

Estão corretas

- A) I, III e IV, apenas.  
B) III, IV e V, apenas.  
C) II, IV e V, apenas.  
D) I e II, apenas.  
E) Apenas a III.

08 - Sobre a empregada gestante e o empregado rural marque a única alternativa que contém um erro.

- A) A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade.
- B) A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.
- C) O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
- D) É considerado trabalhador rural o motorista que trabalha no âmbito de empresa cuja atividade é preponderantemente rural, considerando que, de modo geral, não enfrenta o trânsito das estradas e cidades.
- E) Por ser empregado, aplicam-se ao rural os requisitos da relação de emprego: pessoa física, personalidade, não eventualidade, subordinação e onerosidade.

09 - Sobre o conceito de Remuneração no direito do trabalho, marque a alternativa correta.

- A) Considera-se gorjeta somente a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado.
- B) O salário só é pago e devido como contraprestação do efetivo serviço prestado, não sendo devido nos períodos em que o empregado estiver à disposição do empregador.
- C) O salário é um termo mais amplo, ou seja, o gênero que engloba como espécies a remuneração e a gorjeta.
- D) Salário e gorjeta são expressões sinônimas para o Direito Laboral.
- E) As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

10 - Sobre as diversas espécies de contrato de trabalho analise as assertivas abaixo.

I - O contrato de trabalho não se confunde com o contrato de compra e venda, pois este é instantâneo, tem como objeto a coisa, adquirida pelo pagamento de certo preço (art. 481 do CC/2002). O trabalho não é mercadoria, mas valor essencial, que dignifica a vida humana. Além disso, o contrato de trabalho é de trato sucessivo.

II - O contrato de trabalho também se distingue do contrato de representação comercial, pois neste não se verifica a subordinação jurídica, inerente ao contrato de trabalho, caracterizando-se pela intensidade e repetição de ordens em face do empregado, dirigindo a forma de prestação do serviço e o modo de desempenhar as funções.

III - O trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física ou jurídica, para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou ao acréscimo extraordinário de serviços da empresa cliente.

Estão (á) corretas (a)

- A) Apenas II.  
B) Todas  
C) Apenas III  
D) I e III apenas.  
E) Apenas I e II.

11 - São hipóteses que ensejam a demissão por justa causa, exceto:

- A) Conduta desonesta do empregado, causando prejuízos ao patrimônio do empregador.
- B) Ato imoral praticado pelo empregado, mas específico quanto à moral sexual.
- C) Condenação criminal do empregado transitada em julgado
- D) Devassa abusiva praticada pelo empregado sobre os dados e fórmulas sigilosas da empresa, sua atividade ou seus negócios, mesmo que a conduta não seja grave nem apta a causar prejuízo ao empregador.
- E) Falta de atenção, negligência, desinteresse, desleixo do empregado, quanto à prestação dos serviços.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

12 - A Constituição Federal impõe limites ao poder de tributar, ou seja, limites à invasão patrimonial tendente à percepção estatal do tributo. Essas limitações advêm, basicamente, dos princípios e das imunidades constitucionais tributárias e estão inseridas na Carta Magna. Sobre o tema analise as assertivas e marque a única verdadeira.

- A) Receita tributária é uma receita derivada que o Estado arrecada, mediante o emprego de sua soberania, sem contraprestação diretamente equivalente e cujo produto se destina ao custeio das atividades gerais ou específicas que lhe são próprias.
- B) Todas as limitações ao poder de tributar estão previstas na Constituição Federal de 1988.
- C) No Brasil, é juridicamente impossível a instituição de determinados tributos por meio de leis complementares.
- D) A lei, e em casos excepcionais a medida provisória, podem estabelecer a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.
- E) São prerrogativas legais em matéria tributária, ficando reservada, exclusivamente, à Lei estabelecer: instituição de tributos; extinção de tributos; majoração do crédito tributário e cominação de penalidades.

13 - Sobre os impostos Predial e Territorial Urbano analise as assertivas.

I - Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

II - O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

III - Considera-se contribuinte do imposto o possuidor a qualquer título, como o locatário.

IV - Segundo jurisprudência do STJ, por força do disposto no art. 34 do CTN, cabe ao detentor do domínio útil, o enfiteuta, o pagamento do IPTU.

V - A lei municipal não pode, para efeito da cobrança do tributo, considerar urbanas áreas com urbanização ainda incompleta.

Estão corretas

- A) II, III, IV e V, apenas.
- B) IV e V, apenas.
- C) II e V, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) III e IV, apenas.

14 - Sobre o ISS assinale a única afirmação verdadeira.

- A) Considere que um engenheiro residente em Mossoró tenha aberto um escritório de engenharia, pessoa jurídica, na cidade de Macau. Nessa situação, em razão de sua residência, ele terá de pagar ao município de Mossoró o ISS relativo aos serviços prestados como pessoa jurídica.

- B) É sujeito passivo do ISS o prestador de serviços, na condição de empresa ou de profissional autônomo necessariamente com estabelecimento fixo.
- C) O contribuinte do ISS é o prestador do serviço, e a sua base de cálculo é determinada pelo Poder Executivo Municipal.
- D) Será contribuinte do ISS o prestador de serviço de comunicação ou de transporte interestadual e intermunicipal.
- E) O ISS é um imposto municipal, dependente de lei ordinária, porém sua estrutura normativa está disciplinada em legislação complementar federal de âmbito nacional.

15 - Sobre as fontes do direito tributário marque a assertiva errada.

- A) A expressão “legislação tributária” compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- B) Fontes formais primárias ou principais: compõem-se de atos normativos primários (leis e tratados ou convenções) e atos normativos secundários ou infralegais (decretos).
- C) Segundo o Código Tributário Nacional, lei tributária e legislação tributária são a mesma coisa.
- D) a Constituição Federal não institui tributos, mas apenas fixa as competências para que os gravames sejam criados.
- E) A lei ordinária é fonte formal básica do Direito Tributário.

16 - Em relação a obrigação tributária podemos afirmar que

- A) Considera-se sujeito passivo da obrigação tributária a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- B) A responsabilidade tributária solidária comporta benefício de ordem.
- C) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em três anos, contados da data da sua constituição definitiva.
- D) São elementos da obrigação tributária: o sujeito ativo, o sujeito passivo, o objeto e a causa.
- E) A sujeição passiva é matéria adstrita ao polo passivo da relação jurídico-tributária. Refere-se, pois, ao lado credor da relação intersubjetiva tributária, representado pelos entes destinatários da invasão patrimonial na retirada compulsória de valores, a título de tributos.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17 - Sobre os atos processuais marque a única assertiva inteiramente correta

- A) Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial.
- B) Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz não poderá considerar válido o ato se, realizado de outro modo, mesmo que lhe alcançando a finalidade.
- C) Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados, desde que não resulte prejuízo à acusação.
- D) Nem todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, na forma da lei.
- E) Quando se tratar de processo total ou parcialmente eletrônico, os atos processuais praticados na presença do juiz poderão ser produzidos e armazenados de modo integralmente digital em arquivo eletrônico inviolável, na forma da lei, mediante registro em termo que será assinado digitalmente pelo juiz e pelo escrivão ou chefe de secretaria, exceto pelos advogados das partes.

18 - “As condições constituem matéria de ordem pública, a ser examinada de ofício pelo juiz, pois não se justifica que o processo prossiga, quando se verifica que não poderá atingir o resultado almejado. Verificando a falta de qualquer delas, o juiz extinguirá, a qualquer momento o processo, sem julgamento de mérito, o que pode ocorrer em primeiro ou segundo grau de jurisdição.” Sobre as condições da ação indique a afirmação falsa.

- A) Em nosso ordenamento jurídico elas são três: a legitimidade *ad causam*, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido.
- B) O processo será extinto sem julgamento de mérito quando não concorrer qualquer das condições da ação,
- C) O interesse de agir exige o preenchimento do binômio: necessidade e adequação. É preciso que a pretensão só possa ser alcançada por meio do aforamento da demanda, e que esta seja adequada para a postulação formulada.
- D) Segundo a teoria da asserção, desenvolvida, sobretudo, no direito italiano, o exame das condições da ação deve ser feito em concreto, pelo que foi apurado e apresentado na petição inicial.
- E) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

19 - Sobre a tutela antecipada marque a alternativa errada.

- A) Quando é tutela de urgência, exige: prova inequívoca da verossimilhança das alegações; perigo de dano irreparável ou de difícil reparação e a não irreversibilidade do provimento, observado o princípio da proporcionalidade.
- B) Pode ser deferida em casos de urgência. É uma das espécies de tutela de urgência. Mas cabe também em outras hipóteses, como de abuso do direito de defesa, manifesto intuito protelatório do réu e incontrovérsia.

- C) É sempre tutela de urgência, pressupondo a existência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação.
- D) Pode ser concedida tutela antecipada de urgência mesmo quando o autor tenha requerido tutela cautelar, dada a fungibilidade entre elas.
- E) Tem caráter satisfativo, isto é, ela satisfaz, no todo ou em parte, mas sempre provisoriamente, a pretensão do autor.

20 - Marque a única alternativa verdadeira sobre o tema recurso de Apelação

- A) Cabe contra qualquer tipo de sentença: que julga processo de conhecimento (condenatório, constitutivo ou declaratório); que extingue as execuções, menos que decide os processos cautelares.
- B) A apelação é o recurso que cabe contra sentença, definida como o ato que põe fim ao processo, ou à fase condenatória.
- C) Serve para as sentenças definitivas, em que há julgamento de mérito, mas não para as extintivas.
- D) O prazo para a interposição é de dez dias.
- E) Deverá ser interposta no juízo ad quem por petição, acompanhada das respectivas razões.

21 - Sobre o processo de execução é falso afirmar.

- A) O devedor responde, para o cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens presentes e futuros, salvo as restrições estabelecidas em lei.
- B) Só em duas situações, a obrigação específica será substituída pela de reparação de danos: quando o credor preferir, ou quando o cumprimento específico tornar-se impossível.
- C) O credor tem a faculdade de desistir de toda a execução ou de apenas algumas medidas executivas.
- D) A Execução fundada em título judicial constitui um novo processo, em que o réu deverá ser citado.
- E) A execução só se justifica se trazer alguma vantagem para o credor, pois a sua finalidade é trazer a satisfação total ou parcial do crédito. Não se justifica a que não o faça, mas provoque apenas prejuízos ao devedor.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

22 - Marque a assertiva verdadeira sobre Direitos Fundamentais

- A) Os direitos e garantias fundamentais não se expõem a restrições autorizadas, expressa ou implicitamente, pelo texto da própria Constituição.
- B) Os direitos fundamentais regulam, precipuamente, as relações entre o Estado e o particular. Todavia, embora não haja consenso, no constitucionalismo moderno o entendimento doutrinário dominante é de que os direitos fundamentais aplicam-se, também, às relações privadas.
- C) Os direitos fundamentais são renunciáveis. Significa dizer que o titular de um direito fundamental tem poder de disposição sobre ele, pode abrir mão de sua titularidade.



- D) Os direitos fundamentais são estanques, estão reunidos em um elenco fixo, constituem uma categoria jurídica fechada.
- E) Todos os tratados e convenções internacionais que versem sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais.

23 - Sobre o remédio constitucional denominado Mandado de Segurança indique a assertiva correta.

- A) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- B) O prazo para impetração do mandado de segurança é de cento e oitenta dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento oficial do ato a ser impugnado.
- C) Também tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança o Ministério Público, competindo a impetração, perante os tribunais locais, ao promotor de justiça, quando o ato atacado emanar de juiz de primeiro grau de jurisdição.
- D) Concedida a segurança pelo magistrado de primeiro grau ou por tribunal do Poder Judiciário, no uso de competência originária, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
- E) Cabe, no processo de mandado de segurança, a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios (ônus de sucumbência), sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.

24 - Estabelece a Constituição Federal que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos do texto constitucional. Sobre esse tema marque a assertiva errada.

- A) Se a forma de governo for marcada pela hereditariedade, vitaliciedade e ausência de representação popular, teremos a monarquia.
- B) Na autocracia, os destinatários das normas e da política governamental não participam da sua produção. Trata-se de regime estruturado de cima para baixo, de imposição da vontade do governante ao povo, sem o direito de manifestação deste.
- C) A federação é formada por agregação quando antigos Estados independentes ou soberanos abrem mão de sua soberania e se unem para a formação de um único Estado federal, indissolúvel, no qual gozarão, apenas, de autonomia.
- D) O federalismo dual é identificado por uma rígida separação das competências entre a entidade central (União) e os demais entes federados, como é o caso da federação dos Estados Unidos da América.
- E) O Estado unitário puro (ou centralizado) é aquele em que as decisões políticas estão concentradas no poder central, mas a execução das políticas adotadas é delegada por este a pessoas e órgãos criados para esse fim administrativo.

25 - Sobre o Município como ente federativo e seu tratamento constitucional, marque a assertiva inverídica.

- A) Nos crimes praticados contra bens, serviços ou interesses da União, de suas autarquias ou de empresas públicas federais, a competência para julgar o Prefeito é do Tribunal de Justiça do Estado em que estiver localizado o Município.
- B) O município rege-se-á por Lei Orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da câmara municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo estado.
- C) Perderá o mandato o Prefeito que assumir outro cargo ou função na Administração Pública Direta ou Indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, hipótese em que será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, mantendo-se a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- D) O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento (5%) da receita do município.
- E) A câmara municipal não gastará mais de setenta por cento (70%) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.

26 - Não é objetivo da Seguridade Social nos termos da Constituição Federal

- A) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- B) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- C) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- D) Unidade da base de financiamento.
- E) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

27 - Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente exceto

- A) Nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- B) O habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em instância única pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- C) Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.

- D) O habeas corpus, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal.
- E) O litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

28 - Sobre o veto no processo legislativo brasileiro à luz da Constituição Federal é errado afirmar que

- A) O veto não pode incidir sobre texto apresentado pelo próprio Chefe do Executivo.
- B) O veto é a manifestação de discordância do Chefe do Executivo com o projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.
- C) O poder de veto parcial do Presidente da República, porém, não é absoluto, ilimitado. Sofre ele uma relevante restrição constitucional: somente poderá abranger texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- D) O Presidente da República dispõe do prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, para vetar o projeto de lei. Esse prazo para a expressa manifestação do veto é fatal: uma vez transcorrido, o silêncio do Presidente da República importará sanção tácita.
- E) O veto do Chefe do Executivo será apreciado pelo Congresso Nacional, na forma e no prazo estabelecidos constitucionalmente: o veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, em escrutínio secreto.

## PARTE II - PORTUGUÊS

As questões de 29 a 32 referem-se ao texto seguinte:

Escolher um carro não é tarefa fácil. Hoje, no Brasil, 59 marcas nacionais e importadas vendem uma infinidade de modelos para todos os gostos e bolsos. E são muitas as variáveis que influenciam a escolha final. Mas se engana quem pensa que só motorização, autonomia, conforto ou preço pesam na hora da decisão. Um estudo da Universidade de Viena, na Áustria, mostrou que, mesmo inconscientemente, atribuímos características humanas aos automóveis e criamos personalidades para eles de acordo com o seu design. Isso influencia nossa escolha, já que o carro será nosso representante físico numa atividade que ocupa cada vez mais horas dos nossos dias: o trânsito.

A pesquisa mostrou ainda que a personalidade dos veículos se encaixa em duas grandes categorias - de um lado, os poderosos e imponentes e, do outro, os simpáticos e alegres. “Não sabemos até que ponto a personalidade do carro pode ser estendida ao seu dono”, diz um dos autores do estudo. “Mas não temos dúvida de que ele é um objeto de comunicação e que alguns elementos de design são determinantes na criação de uma identidade reconhecível.”

O mecanismo de atribuição de personalidade ao carro é relativamente simples. O ser humano tem propensão natural a ver rostos onde eles não existem. Os detalhes da dianteira do veículo são, portanto, facilmente vinculáveis às feições de uma pessoa. Para o coordenador da pós-graduação em design automobilístico da Fundação Mineira de Educação e Cultura, para quem o objetivo dos carros é levar os passageiros de maneira rápida e eficiente de um lugar a outro, o trânsito é uma arena para as interações sociais.

Não o surpreende uma das mais relevantes conclusões do estudo austríaco. Segundo os antropólogos de Viena, em última instância, as pessoas preferem carros cada vez maiores e mais fortes para circular pelas ruas da cidade, mesmo que eles sejam menos práticos e mais poluentes. É natural que as pessoas prefiram a segurança em um ambiente que, a cada dia, fica mais violento.

LOES, João. Isto é, 2 de setembro de 2009, pp. 78-80 – Adaptado.

29 - O texto encontra-se corretamente resumido em:

- A) Estudo mostra que a escolha de um carro está associada às semelhanças com as pessoas percebidas nos veículos.
- B) Carros de modelos importados têm sido, no momento, os mais procurados no mercado brasileiro devido ao conforto que oferecem.
- C) Infinitude de modelos, de preços e desempenho bastante variáveis, compromete o mercado de automóveis no Brasil.
- D) Pesquisadores europeus e brasileiros divergem quanto às conclusões de estudo sobre compra de veículos por consumidores.
- E) Motoristas ainda se mostram responsáveis pela poluição ambiental ao adquirir carros de maior valor no mercado.

30 - “[...]o trânsito é uma arena para as interações sociais.” (terceiro parágrafo). O primeiro conceito de **arena**, segundo o *Dicionário Houaiss*, é: “parte central dos anfiteatros romanos, coberto de areia, onde se realizavam espetáculos de combate entre os gladiadores ou entre feras e que, por ocasião de determinadas datas ou festas cívicas, servia de palco para a entrega às feras de condenados comuns ou cristãos”.

A partir dessa definição, é, pois, correto entender a frase acima como:

- A) Uma crítica às deficiências do transporte coletivo em São Paulo.
- B) Uma justificativa para o fato de as pessoas humanizarem seus carros.
- C) Uma retomada da questão das distâncias que devem ser percorridas na cidade.
- D) Uma referência à ideia de que o trânsito em São Paulo é caótico e violento.
- E) Observação inteiramente deslocada de seu sentido próprio.

31 - “Isso influencia nossa escolha [...]” (Primeiro parágrafo). O pronome grifado, considerando-se o contexto, substitui:

- A) A atribuição de características humanas aos veículos.
- B) O conforto proporcionando pelo carro.
- C) O preço mais baixo de um veículo.
- D) A autonomia oferecida pelo carro.
- E) A variedade nas ofertas de veículos à venda.

32 - “Não sabemos até que ponto a personalidade do carro pode ser estendida ao seu dono”. Essa opinião, exposta no segundo parágrafo, está expressa com outras palavras, sem alteração de sentido, em:

- A) Não foi determinado o momento de identificação entre o dono e seu carro.
- B) Não se sabe ao certo até onde o proprietário possui as mesmas características do veículo.
- C) A personalidade dos carros é idêntica à de seus donos quanto ao comportamento.
- D) A aparência de um carro é importante para seu dono no momento da compra.
- E) Não existe, até agora, influência entre a aparência dos donos e a de seus carros.

33 - Assinale a alternativa cujo elemento mórfico destacado foi classificado de forma incorreta:

- A) cafeteria – consoante de ligação
- B) frutífero – radical
- C) nervoso – desinência de gênero
- D) ouviam – tema
- E) namoramos – vogal de ligação

34 - “Prefeito, o secretário de obras indicou Cláudia, esposa dele, para fiscalizar a reforma do teatro”. Os termos grifados funcionam, respectivamente, como:

- A) sujeito, aposto e objeto direto
- B) vocativo, predicativo do sujeito e aposto
- C) vocativo, aposto e objeto direto
- D) vocativo, aposto e objeto indireto
- E) sujeito, aposto e complemento nominal

A questão 35 refere-se a tira seguinte:



SCHULZ, Charles. Minduim. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 18 dez. 2002.

35 - A oração presente no 2º balão do primeiro quadrinho classifica-se como:

- A) oração subordinada substantiva subjetiva
- B) oração subordinada substantiva objetiva direta
- C) oração subordinada adjetiva restritiva
- D) oração subordinada substantiva predicativa
- E) oração subordinada substantiva apositiva

36 - O acento indicativo de crase foi corretamente empregado apenas em:

- A) Venho à mando de meu patrão.
- B) Atribui o insucesso à má sorte.
- C) A Funai decidiu fechar o parque indígena à visitas.
- D) Recorri à minha mãe.
- E) Tomou o remédio gota à gota.

A questão 37 refere-se a tira seguinte:



GALHARDO, Caco. Os pescocudos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 jan. 2002.

37 - No segundo quadrinho da tira é possível identificar a seguinte figura de linguagem:

- A) sinestesia
- B) metonímia
- C) onomatopeia
- D) eufemismo
- E) catacrese

As questões 38 e 39 referem-se a tira seguinte:



Quino. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 60. 420 p.

38 - O emprego do pretérito imperfeito do subjuntivo na frase “Se você gostasse dos seus amigos ia defende-los!”.

- A) mostra que a ação de defender os amigos foi praticada por Mafalda.
- B) revela que a condição (gostar dos amigos) foi realizada.
- C) revela que a condição (gostar dos amigos) não foi realizada.
- D) serve para mostrar que a condição (gostar dos amigos) foi uma ação realizada no passado.
- E) Nenhuma das respostas anteriores.

39 - A frase de Susanita “Se você gostasse de seus amigos, ia defende-los!” está corretamente reescrita nos registro formal da língua em:

- A) Se você gostar dos seus amigos, ia defendê-los.
- B) Se você gostasse dos seus amigos, vai defendê-los.
- C) Se você gostasse dos seus amigos, irá defendê-los.
- D) Se você gostasse dos seus amigos, iria defendê-los.
- E) Se você gostar dos seus amigos, iria defendê-los.



A questão 40 refere-se as tiras seguintes:

I.

CASAL NEURAS



GLAUCO. Casal Neuras. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21 abr. 1999.

II.

LA VIE EN ROSE



ITURRUSGARAI, Adão. La vie en rose. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 mar. 2003.

III.

RECRUTA ZERO



WALKER, Mort. Recruta Zero. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 3 fev. 2002.

40 - Podemos afirmar que:

- A) Há erro de regência verbal apenas em I e II.
- B) Há erro de regência verbal em I, II e III.
- C) Há erro de regência verbal apenas em II e III.
- D) Há erro de regência verbal apenas em I.
- E) Há erro de regência verbal apenas em II.